



ASSEMBLEIA GERAL
SECRETARIA
DIREÇÃO-GERAL

XLIXª Legislatura
Quarto Período

COMISSÃO ESPECIAL DE FUTUROS

Pasta S/C

Distribuído: 112/2023

30 de novembro de 2023

SEGUNDA CÚPULA MUNDIAL DE FUTUROS

**Participação em colóquio virtual organizado pelo Instituto
Internacional para a Democracia e a Assistência
Eleitoral (IDEA) sobre temas vinculados à cúpula**

Versão taquigráfica da sessão do dia
30 de novembro de 2023

PRESENÇAS

Preside	: Senhor Legislador Rodrigo Goñi (Presidente)
Membros	: Senhora Legisladora Carmen Sanguinetti e senhores Legisladores Aldo Charbonnier, Juan Andrés Ramírez e Sebastián Valdomir
Secretaria	: Senhora María Elena Morán (Secretária), senhor Vladimir De Bellis (Secretário), e senhoras Sofía Martorano e Joseline Rattaro (Pró-secretárias)

COMISSÃO ESPECIAL DE FUTUROS

Colóquio virtual organizado pelo Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência

Eleitoral –IDEA– sobre temas vinculados à Segunda Cúpula Mundial de

Comissões de Futuro

(Reunião realizada em 30 de novembro de 2023).

SENHOR FERNÁNDEZ.- (Segundo a versão da intérprete).- Boa tarde.

(São 12h35).

–Estamos aqui, do outro lado do mundo, e damos as boas-vindas ao evento

Desvendando a Democracia .

Vamos falar um pouco sobre algo que talvez vocês já tenham visto nas notícias: a inteligência artificial.

Não quero usar mais tempo; portanto, gostaria de convidar nosso secretário-geral, Kevin Casas-Zamora, que fará os comentários introdutórios.

SENHOR CASAS-ZAMORA (Segundo a versão da intérprete).- Muito obrigado.

Boa tarde, embaixadores, representantes do Conselho dos Estados-Membros da IDEA Internacional, membros dos conselhos consultivos e distintos convidados. Quero dar a todos vocês uma acolhida muito calorosa a este evento sobre inteligência artificial e democracia, o último desta série.

Para aqueles que estão presentes em Estocolmo, é um verdadeiro prazer recebê-los aqui, em nossa sede. Também damos as boas-vindas a um número importante de participantes que estão conectados pela internet.

Meu nome é Kevin Casas-Zamora, secretário-geral da IDEA Internacional. Como muitos de vocês sabem, é uma organização com 34 Estados-Membros e com o mandato de apoiar a democracia em todo o mundo.

Sentimo-nos honrados por ter nossa sede aqui, na Suécia, desde a fundação do nosso instituto, há quase trinta anos. Além disso, temos escritórios em todo o mundo e, de diferentes maneiras, trabalhamos em mais de sessenta países com diferentes contrapartes. Nosso trabalho combina a produção de conhecimento com o desenvolvimento de capacidades, o fomento ao diálogo e a promoção de políticas.

A IDEA Internacional trabalha especialmente com temas digitais há muitos anos, desde a supervisão digital das finanças digitais até códigos de conduta para campanhas on-line. No entanto, há pouco tempo lançamos uma nova linha de trabalho, mais especificamente voltada aos impactos, riscos e oportunidades que a digitalização cria para as democracias. Nesse contexto, a crescente influência da IA - inteligência artificial -, como seria de esperar, é de suma importância.

No restante dos meus comentários de hoje, quero apresentar uma visão geral de como vemos a inteligência artificial e sua interseção com o nosso mandato e com a democracia. Permitam-me começar com uma breve anedota.

Quando estava me preparando para este evento, perguntei ao ChatGPT algumas citações famosas sobre a democracia e, muito rapidamente, ele me deu dez, muitas das quais eram muito sábias. Até onde posso dizer, todas foram ditas por pessoas reais. Mas aqui está a questão: das dez pessoas citadas, oito eram americanas, nove eram homens e as dez eram do mundo ocidental. Não encaro isso como evidência de algum tipo de conspiração com más

intenções no programa, mas sim de que o ChatGPT e outros grandes modelos de linguagem refletem a internet e seus usuários humanos, incluindo seus vieses.

Essa anedota destaca, de fato, questões mais amplas sobre quais perspectivas são priorizadas no discurso público; mas, se queremos uma sociedade mais democrática e mais inclusiva, não podemos nos basear em preconceitos em nome da especialização tecnológica. Essa capacidade de manter algo restrito, intencionalmente ou não, é um dos desafios que a inteligência artificial coloca para a democracia.

O avanço da inteligência artificial também pode promover a desinformação, especialmente on-line, e alterar o equilíbrio de poder entre indivíduos, corporações e governos, fundamentalmente no que diz respeito à privacidade. No entanto, a mesma tecnologia tem o potencial de melhorar e revitalizar a democracia. A digitalização reduz custos ao criar novos espaços para o envolvimento dos cidadãos e melhora as fontes de informação, e a inteligência artificial é uma parte fundamental disso. Para dar apenas alguns exemplos de um continente, empresas de Gana, da Nigéria e do Quênia estão usando a inteligência artificial para engajar eleitores e facilitar sua inscrição e seu registro; também podem permitir que as pessoas se informem e exerçam seus direitos democráticos.

Portanto, precisamos discutir como mitigar os riscos que a inteligência artificial implica, ao mesmo tempo em que exploramos e aproveitamos as oportunidades para a democracia.

O momento para ter essa discussão é agora, porque muitas das normas que vão governar a inteligência artificial estão sendo decididas neste exato momento. A União Europeia está finalizando o regulamento que estabelecerá o marco jurídico para a inteligência artificial na Europa. Os Estados Unidos acabam de emitir sua primeira ordem executiva presidencial sobre inteligência artificial e, na Cúpula de Segurança da Inteligência Artificial organizada pelo

Reino Unido, vinte e oito países, de todos os continentes, comprometeram-se a trabalhar em pesquisa e governança da inteligência artificial. O Conselho da Europa está trabalhando em uma convenção-quadro; as Nações Unidas estão montando um grupo consultivo de alto nível, e a lista segue e segue. Precisamos garantir que a democracia faça parte dessa conversa mundial, e a IDEA Internacional está bem posicionada para ajudar a liderar esse esforço.

Todas as nossas áreas de especialização serão afetadas pela adoção da inteligência artificial. Nesse sentido, todos os aspectos do nosso trabalho serão influenciados, e o nosso instituto tem que incentivar e facilitar o diálogo sobre esse tema. Isso me leva de volta ao tema de hoje. Esta sessão conta com um excelente painel, que inclui perspectivas do governo e do setor privado. Essa diversidade é essencial porque a gestão eficaz da inteligência artificial vai exigir contribuições do governo, das empresas e da sociedade civil.

Certamente, estou muito entusiasmado com o trabalho ampliado de digitalização, que nos permitirá trabalhar com atores muito diversos e ter um terreno comum para o futuro da democracia e da humanidade, que é um aspecto fundamental.

O evento de hoje faz parte dessa colaboração e, para nos guiar nesta discussão, temos a sorte de contar com Alberto Fernández, uma referência em programas de digitalização e democracia.

Mais uma vez, devo dizer que é maravilhoso tê-los aqui hoje e estou ansioso para que comece esta discussão, que nos dará muito o que pensar.

SENHOR FERNÁNDEZ (Segundo a versão da intérprete).- Obrigado, Kevin Casas-Zamora.

Sou Alberto Fernández, chefe de Digitalização e Democracia, e hoje vou moderar este painel.

Sempre tenho sentimentos contraditórios quando falamos de inteligência artificial. A tecnologia me impressiona; é incrível. Acho que todos estão impressionados com o ChatGPT, e adoro essa nova tendência em que todos pedem que ele crie algo, como se estivéssemos fazendo uma pizza e acrescentando diferentes ingredientes; é claramente impressionante. A tecnologia é incrível porque pode ajudar os médicos a detectar cânceres mais cedo do que se fazia no passado; pode nos dar a capacidade de compreender melhor os dados e, além disso, nos mostra as vulnerabilidades da sociedade. Alguns dos problemas fundamentais que temos em nossas sociedades democráticas é que, no momento em que recebemos a tecnologia e temos acesso à inteligência artificial generativa, podemos nos tornar suscetíveis à manipulação.

(A conexão é interrompida momentaneamente).

–Mais uma vez, gostaria de destacar que ouvimos falar de autorregulação e acho que as empresas que trabalham sobretudo com o tema dos direitos humanos a consideram muito importante como princípio orientador, mas não podemos simplesmente confiar nisso. O que vimos nos últimos anos com as redes sociais é que viemos pedindo - por favor! - que nos fornecessem informações sobre como o sistema funciona, e só agora as estamos recebendo, apesar de toda a nossa insistência. Acho que não podemos voltar a cometer esse erro, que devemos pressionar para aumentar a transparência sobre como a inteligência artificial é desenvolvida, bem como garantir que tenhamos uma regulamentação que exija o acesso não só dos governos, mas também da sociedade civil afetada.

Para mim, a outra grande lição do trabalho com inteligência artificial é que temos que garantir adequadamente a diversidade na hora de redigir a regulamentação. Desde o início trabalhamos em uma coalizão muito ampla, mais ampla do que em outras coalizões. Por exemplo, temos trabalhado com organizações de defesa dos direitos dos migrantes e das

minorias, e isso nos permitiu generalizar os temas dos diferentes grupos de modo a poder incluí-los. Esse é apenas um exemplo de um dos aspectos que devem ser levados em conta.

Outro aspecto é o reconhecimento de emoções, e há quem diga que é de suma importância. O que fizemos - porque estávamos trabalhando com a Europa - foi perguntar se havia algum membro de alguma organização que representasse pessoas autistas, e havia. Precisamos olhar para as pessoas que têm uma sensibilidade diferente, um impacto emocional diferente. Nesse sentido, também temos que incluí-las. Isso foi muito interessante para nós e mostrou o valor de elevar as exigências. Isso também muda um pouco a nossa posição a respeito. Esses são os aspectos mais importantes.

A última coisa que quero dizer é que temos que ser ousados. Nem toda inovação é boa simplesmente por ser inovação. A regulação tem que procurar incentivar determinados avanços e não promover outros. Temos que saber o que queremos e o que não queremos, e não mergulhar às cegas nas mudanças tecnológicas, porque algumas podem ter impactos muito negativos.

Muito obrigado.

SENHOR JATO (Segundo a versão da intérprete).- Gostaria de fazer algumas perguntas e continuar com este tema do papel da regulamentação, sobretudo na defesa dos direitos digitais. Como é possível protegê-los quando falamos do desenvolvimento da inteligência artificial em nível internacional?

Permitam-me voltar ao tema das normas e da regulação. De fato, queremos regular as tecnologias, e temos que encontrar um equilíbrio entre inovação e regulação. Esse é um tema fundamental e não é fácil de abordar. Conheço pessoas

trabalhando, por exemplo, com o desarmamento. Continuo me perguntando se é possível ter um marco regulatório eficaz que, em última instância, não seja realmente global, porque sempre vamos ter esse problema de pessoas ou países que não fazem parte de um marco regulatório e conseguem desenvolver tecnologias que não são bem consideradas, que não são consideradas corretas em outros sistemas, o que, por sua vez, vai dar a possibilidade de criar um desequilíbrio no sistema. Corremos esse risco. Acho que talvez esse seja um dos desafios mais importantes. Eventualmente poderíamos passar da regulamentação no nível da União Europeia para o nível mundial. Essa é uma área em que espero que possamos desempenhar um papel importante.

Depois, como eu dizia, quero voltar ao tema da criação de capacidades, que considero fundamental, e penso que o governo sueco pode desempenhar um papel importante. Atualmente estamos analisando como podemos usar nossa cooperação para o desenvolvimento de modo a promover a resiliência digital e também os direitos digitais; ambos têm uma perspectiva técnica, mas também uma perspectiva de direitos, e acho que isso é fundamental. SENHORA ÖVREBY (Segundo a versão da intérprete).- Gostaria de fazer uma pergunta.

Basicamente, o seu trabalho é estabelecer uma ponte entre os governos, as empresas e a gestão dos negócios, e em tudo isso se veem constantemente esse tipo de coisas. Então, fico curiosa para saber de que maneira os governos e as empresas podem colaborar para garantir que esses avanços sejam benéficos para a democracia e a política. Como vocês gostariam que fosse essa colaboração? O que gostariam de ver por parte dos governos? O que gostariam que os governos ouvissem de vocês?

Muito obrigada.

UM PARTICIPANTE (Segundo a versão da intérprete).- Acredito que o presidente da nossa organização visitou a Suécia e também muitas outras organizações, incluindo a de Bruxelas,

destacando a transcendência que isso tem e a importância de ser responsáveis e, ao mesmo tempo, ousados com essas tecnologias. Por que ousados? Pelas enormes contribuições que essas tecnologias podem dar e pela possibilidade de aproveitar ao máximo as informações disponíveis: mitigar a mudança climática, avançar na medicina e em sua prática, mas também reduzindo as cargas administrativas e aumentando nosso conhecimento geral. Ou seja, nessas coisas temos que ser ousados. Do outro lado, temos a responsabilidade do que nós temos que fazer como empresa, nossa prática individual; temos que ver o que podemos fazer como setor e como podemos trabalhar em nossos setores para fazer as coisas bem.

Por último, mas não menos importante, está a cooperação que temos que desenvolver junto com os reguladores. Em outras palavras, a inteligência artificial é importante demais para não ser regulada, e acho que vocês compartilham essa ideia. Neste momento há muitas discussões em Bruxelas a esse respeito. Então, o que fazemos nesse terreno? Acho que queremos ser um bom parceiro das organizações da sociedade civil e dos governos, criando capacidade a respeito dessa tecnologia e de como trabalhar com ela como empresa individual.

Por sua vez, concordo plenamente que temos que trabalhar com a União Europeia e com os Estados Unidos, mas também devemos trabalhar em nível mundial.

A cúpula foi criticada de antemão por convidar a China, mas considero que realmente é importante ter um potencial adversário à mesa, falando sobre esses temas.

Portanto, o que queremos é garantir que aproveitemos todo o potencial para os progressos e ver como podemos adotar a inteligência artificial para melhorar a produtividade como um valor fundamental. Por isso, devemos ter marcos regulatórios, porque temos que

garantir que a força de trabalho se beneficie, já que esta é outra área muito difícil, como mencionamos.

Na Suécia, estamos muito orgulhosos porque, na transição econômica, não protegemos as indústrias, e sim os trabalhadores; vemos que podemos ajudar com o desenvolvimento do produto, mas também temos que ver se conseguimos proteger as pessoas. Essa é uma área fundamental. Queremos promover a responsabilidade e diminuir os riscos de mau uso e, por isso, é preciso ter governança e abordar as coisas a partir de múltiplas partes interessadas. Temos que analisar quais discussões devemos ter, quais pesquisas fazer, quais benefícios e riscos considerar e, como consequência dos diálogos que surgirem, estamos sempre tentando ser parceiros nos aspectos mencionados.

Por fim, mas não menos importante, temos que garantir a melhora da segurança mundial. Evitemos que atores negativos se aproveitem dessas informações disponíveis. Devemos trabalhar com nossos parceiros técnicos, comerciais e políticos para reduzir ao mínimo o potencial de mau uso. Desenvolvemos um marco de inteligência artificial seguro, e este é um exemplo de como tentamos analisar diferentes aspectos da cibersegurança que implicam o uso da inteligência artificial. Também trabalhamos nos aspectos de governança e de alianças público-privadas para abordar esses temas.

Obrigado.

UM PARTICIPANTE (Segundo a versão da intérprete).- Sou novo nesse campo, mas venho realizando esse trabalho há dois meses e meio e estou absolutamente fascinado pela função que os setores das indústrias desempenham. Por exemplo, se olharem para a Ucrânia, sua ciberdefesa é conduzida em grande medida por empresas como Google e Microsoft; não pelos governos, que estão presentes, mas os recursos fornecidos pela indústria da cibersegurança são cruciais para a

ciberdefesa, e isso é algo novo, ou seja, que o setor privado esteja ajudando a defender outro país que está sendo vítima de ataque.

Por outro lado, há dez, vinte, trinta ou quarenta anos, todas as inovações fundamentais, basicamente - de uma maneira ou de outra -, eram patrocinadas ou organizadas pelos Estados. Ali estavam as universidades estaduais, e o Projeto Manhattan talvez seja o exemplo mais importante disso. Atualmente, as inovações são feitas por empresas privadas, sem interferência, sem ajuda e sem recursos dos Estados. Acho que, para nós, que representamos os governos, esses dois exemplos mostram que é impossível prescindir da cooperação com o setor, queiramos ou não. Não podemos prescindir dessa cooperação. Acho que o Google sabe muito bem como ser um ator político e o que se pode conseguir com ciberataques dos países. O aspecto geopolítico é muito importante.

Sempre que falamos de geopolítica, também devemos falar do uso das tecnologias digitais por parte de países autoritários. Poderíamos pensar, por exemplo, nos médicos que detectam o câncer mais cedo, mas há muitos países autoritários que só pensam em como aumentar seu poder e aprofundar sua capacidade autoritária. A inteligência artificial pode ter esse efeito negativo e acarretar muitas consequências para o desenvolvimento e a governança.

Gostaria de perguntar a Stefanie Harter se ela acha que a comunidade internacional, que apoia o desenvolvimento sustentável, está pronta para esses desafios.

O que deveríamos fazer e pensar para garantir que a inteligência artificial não acabe em uma repressão que desfaça todo o trabalho surpreendente que determinados organismos estão fazendo para melhorar a governança e os direitos humanos? Como podemos alavancar isso?

Sei que não é uma pergunta fácil, mas diria que ela se aplica igualmente aos nossos países. Acho que o que se tem que fazer é ensinar, criar consciência, melhorar a transparência nas escolas, investir em capacitação em tecnologia e em ética desde idades muito precoces, porque as crianças ou os jovens que difundem conteúdo sem perceber promovem a desinformação, sem nem sequer saber. Então, esse tema é muito importante e é preciso agir; falei sobre isso com especialistas que sustentam que não ajudamos se colocarmos o rótulo de desinformação em algo que detectamos como informação, porque as pessoas querem acreditar. De maneira que é preciso ensinar ética para assegurar a liberdade de expressão, mas também para que as democracias não sofram. Obviamente, as pessoas dizem que as autocracias tentam minar os países democráticos, mas às vezes caem em terreno fértil. Ou seja, não é a tecnologia em si que mina a confiança no sistema, e sim o sistema que tem que se tornar resiliente. É claro que as democracias não podem se dedicar à contrapropaganda, mas podem investir em meios de comunicação independentes e esclarecer todos os cidadãos, e isso é importante.

Por fim, quero dizer que fico contente por ter acesso aqui e por termos conseguido que isso se estabeleça como uma força não governamental com influência, porque, quando queremos ter um enfoque de múltiplas partes interessadas, nos deparamos com atores privados e empresas muito poderosos. De maneira que, na minha opinião, é igualmente importante criar incentivos econômicos para utilizar a inteligência artificial boa, para ver o que se pode fazer para mudar o modelo das redes sociais e para verificar e regular a venda de informações e os dados de treinamento. Essa tarefa me parece um pouco difícil com os monopólios; como mencionaram, as empresas privadas estão envolvidas nas guerras e, quando penso que a Starlink é o único sistema de satélites que pode garantir a transmissão de dados, isso me preocupa um pouco - para ser honesta -, porque eu preferiria que não fossem apenas as empresas privadas que

garantissem que se possa obter a paz, eventualmente. Por que digo isso? Porque as autocracias - na minha opinião, é o ponto mais crucial - têm acesso a uma enorme quantidade de dados e às ferramentas correspondentes que, a longo prazo, lhes permitem estabilizar ainda mais o seu poder. Inclusive, esse é o dilema delas, porque, como não têm eleições, na verdade nunca descobrem nem querem saber o que a população quer e o que devem fazer para evitar uma revolução; por esse motivo, no passado tiveram que se basear em pesquisas de opinião. Agora a China, por exemplo, tem uma enorme base de dados e conta com as ferramentas para saber bem de que maneira devem ser administradas as esferas políticas das sociedades comerciais, e isso lhe dá uma vantagem, além de ir determinando o que vai acontecer a longo prazo. Acho que, mesmo em nossos países - e isso também se aplica aos países parceiros -, em algum momento os eleitores vão perceber que os políticos se baseiam na inteligência artificial para elaborar seus programas de acordo com os dados disponíveis e com os resultados que tenham recebido por meio de levantamentos e pesquisas. Então, eles vão se deslegitimar, porque em quem um cidadão pode acreditar quando pensa que foi uma máquina que criou um programa? Portanto, esses são desenvolvimentos que para mim são importantes, e o que se deve fazer é criar consciência e ensinar as pessoas a diferenciar e, em última instância, também ver onde estão os valores.

Permitam-me dizer uma última coisa sobre as regulamentações, porque fiquei um pouco intrigada com o que o senhor disse, senhor embaixador, sobre a regulamentação do nível dos Estados Unidos para um nível mundial. Acho que esse é o problema, porque não estamos lutando tecnologias contra tecnologias; com a tecnologia sempre há um sistema de valores e uma visão de mundo que se exporta e se acopla. Quanto mais países, como China e Índia, desenvolverem suas próprias tecnologias, obviamente terão suas próprias ideias sobre o que querem transportar.

Suponho que no futuro teremos que estar realmente prontos e preparados, seja para encontrar soluções de compromisso, seja para defender o nosso próprio sistema porque, como a senhora também disse, os governos têm que se basear no assessoramento de empresas e de organizações como a Access Now para formular uma boa política, já que é impossível regulamentar o uso da tecnologia na sua totalidade e, na verdade, também não é isso que queremos.

SENHOR FERNÁNDEZ (Segundo a versão da intérprete).- Muito obrigado; acho isso muito interessante.

Queria fazer uma pergunta a todos vocês e também vou propor algo difícil, mas podem responder em um minuto.

Aparentemente, há uma necessidade urgente de ter uma regulamentação ou princípios que funcionem em nível mundial, recomendações mundiais, um acordo global. A nós, que trabalhamos com políticas de inteligência artificial, dizem toda semana - ou seja, a coisa nunca para -: «Isto é o mais importante para a convenção-quadro de uma coisa ou de outra». No entanto, quando se quer ter um acordo ou um marco internacional, de fato, é preciso garantir que a inteligência artificial não prejudique a democracia. Não falo nem sequer de reforçá-la, mas pelo menos que não prejudique a democracia nem os direitos humanos.

É possível? Podemos fazê-lo com o cenário geopolítico atual? Porque temos um desequilíbrio se quisermos lutar pelos direitos democráticos. É possível? E, se não for, podemos obter uma coerência entre os processos que estão em andamento?

Dou a vocês um minuto e as respostas são voluntárias.

O que estamos tentando regular? Quando queremos regular a inteligência artificial, procuramos abranger algo que é muito amplo, e com a regulamentação que simplesmente

se baseie na tecnologia não vamos resolver as questões, porque a inteligência artificial é algo que viabiliza muitas tendências. Um exemplo disso é a vigilância: vimos a proliferação do uso de spyware e de vigilância biométrica. A inteligência artificial está permitindo essa evolução para vigiar cada vez mais a população, não só por parte do governo, mas também do setor privado. De modo que regular a inteligência artificial não vai resolver esse problema e, portanto, é algo que precisa ser levado em conta.

Nas negociações do Conselho da Europa, por exemplo, há um grande tema com a cibersegurança por parte dos governos, que não vai desaparecer, embora possa desaparecer, mas não pelo fato de regularmos o tema da inteligência artificial. Em termos de harmonização, acho que é enganoso, e o grande risco que enfrentamos ao ter acordos mundiais ou globais é que, quando as coisas se tornam suficientemente mundiais, começam a escapar das nossas mãos. De modo que, se tentarmos colocar a barra alta demais, podemos acabar não conseguindo.

Há um nível abaixo das regulamentações juridicamente vinculantes. Provavelmente essas normas não sejam tão eficazes quanto regulamentações propriamente ditas, mas acho que continuamos tendo um valor importante pelo fato de incluí-las, orientar as atividades desses países e estigmatizar aqueles que não as cumprem. No nível das normas, acredito que existe a possibilidade de conseguir certos avanços, pelo menos. Acho que vale a pena explorar todo esse tema. Todos temos normas para as TIC nas Nações Unidas, e elas podem ser ampliadas. Também temos normas internacionais, como a convenção de direitos humanos; ou seja, não é que as coisas desapareçam porque surge a tecnologia.

SENHORA HARTER (Segundo a versão da intérprete).- Posso acrescentar algo?

SENHOR FERNÁNDEZ (Segundo a versão da intérprete).- Sim.

SENHORA HARTER (Segundo a versão da intérprete).- Acredito que, em última instância, quando se têm normas, também é preciso, por favor, garantir que aqueles que devem fazê-las cumprir tenham a habilidade, sejam bem pagos, sejam diversos e eficientes, com alto rendimento no trabalho, e que, em última instância, saibam diferenciar o que vale a pena defender, porque temos que reconsiderar novamente. Isso se aplica a nós também, assim como a outros países que estão dispostos a se unir a uma comunidade que quer regular, mas acho que isso é importante e tenho trabalhado para uma organização que foi vítima de um deepfake. De repente, vemos nossos colegas nos noticiários russos com mensagens totalmente distorcidas e, quando olho para o que acontece ali, não vejo em um futuro próximo, previsível, que a Rússia seja um país disposto a colaborar. Então, temos que garantir que as nossas pessoas sejam boas e saibam por que estão regulando.

SENHORA ÖVREBY (Segundo a versão da intérprete).- Acho que temos um ponto muito relevante: não se pode escolher exportar um valor para a tecnologia e fazer com que seja o único. Nós sempre tentamos ter um diálogo melhor, pelo menos entre as Nações Unidas e os Estados Unidos, e ter boas discussões naquilo que vemos como muitas áreas de valores a defender, sistemas de valores nos quais podemos trabalhar para identificar uma norma para grande parte do mundo. Também concordo com a oradora anterior que ter um acordo mundial não é tão provável a curto prazo, mas pelo menos podemos dar alguns passos e ir trabalhando com o tempo para obtê-lo, manter conversas com outras partes do mundo e, é claro, incluir outros países na prática. Isso quer dizer que vamos construir e desenvolver a nossa tecnologia no mundo todo, e por isso temos que garantir ter, por exemplo na Nigéria, grandes escritórios, assim como na Índia. Ou seja, temos que garantir que a tecnologia que construímos para as pessoas funcione para toda a

gente. Acho que, se as democracias se unissem, seria um enorme passo na direção certa. Eu represento uma organização intergovernamental de democracias e vejo que isso é muito importante.

SENHOR FERNÁNDEZ (Segundo a versão da intérprete).- Dispomos de cerca de quinze minutos para perguntas do público. Eu incentivaria que esse tempo seja aproveitado, que as perguntas sejam concretas e que, se quiserem dirigir a pergunta a alguma pessoa em especial, especifiquem, para que passemos a palavra a quem corresponda.

UM PARTICIPANTE (Segundo a versão da intérprete).- Obrigado. Isto tem sido maravilhoso, aprendi muito e quero ver isso por outro ângulo. Vou fazer referência a uma coisa que foi dita meio de passagem - Andrés Jato mencionou - e odeio dizer que vou ser um pouco incômodo com alguns de nossos convidados, mas não é essa a minha intenção.

Vejamos por um segundo a questão de regular a inteligência artificial e imaginemos o melhor de todos os mundos, em que pudéssemos regular as coisas de tal maneira que se maximize o potencial bom e se minimize o ruim. O desenvolvimento da inteligência artificial como tecnologia exige recursos tais que, na prática, está concentrando o poder em pouquíssimos atores corporativos, que têm um poder impressionante sobre todos nós, e isso por si só é inimigo da democracia, que, em seu íntimo, busca dispersar, difundir o poder. Acho que isso levanta perguntas muito incômodas sobre as políticas antitruste, no sentido de garantir que o mercado funcione no que diz respeito à inteligência artificial e, inclusive, há - aqui é que a coisa fica realmente muito incômoda - a questão da nacionalização dos ativos, porque a melhor analogia que me ocorre, em termos de poder, é como se a energia nuclear tivesse sido desenvolvida por atores privados, o que não foi o caso. Então, como

lidamos com o fato de que desenvolver inteligência artificial implica o potencial de prejudicar a democracia ao concentrar o poder, dando força e potência a atores que não prestam contas?

SENHOR FERNÁNDEZ (Segundo a versão da intérprete).- Podemos receber, talvez, mais algumas perguntas, mas tenho uma pergunta on-line que vou ler, formulada em nome da comissão de futuros do governo do Uruguai. Diz o seguinte: «Hoje estamos reunidos em sessão extraordinária para participar deste evento e queremos perguntar como os senhores acham que os parlamentos devem se posicionar diante da evolução no contexto da inteligência artificial e de seus avanços iminentes».

Talvez possamos receber mais algumas perguntas.

UM PARTICIPANTE (Segundo a versão da intérprete).- Minha pergunta é para Sara Övrebj e Daniel Leufer. Todos temos, como consumidores, uma pegada digital. Falo como ativista de direitos humanos e de democracia, em um país que não diria que é uma autocracia, mas é autoritário. Sou da Turquia e é nisso que estou pensando. Se eu quisesse apagar minha pegada digital para ter uma espécie de passaporte digital, como isso seria possível? Por exemplo, fiz discursos aqui enquanto era perseguido na Turquia. Depois, ao viajar para a Turquia, tive que pedir às associações que colocaram meus discursos no YouTube que os eliminassem para que eu pudesse viajar sem perigo para esse país. Pergunto-me, então, como se pode ter uma identidade digital protegida.

Obrigado.

UM PARTICIPANTE (Segundo a versão da intérprete).- A inteligência artificial está avançando rapidamente. Algo que seja AGI - inteligência artificial geral - supostamente teria que tomar as melhores decisões, como os veículos autônomos.

O Google vai lançar o Gemini em 2024, e a OpenAI está trabalhando nisso.

Pergunto-me se isso tem algo a ver com as melhores políticas, com a forma como são elaboradas e se, potencialmente, poderia afetar a democracia em geral.

Obrigado.

SENHOR FERNÁNDEZ (Segundo a versão da intérprete).- Já temos quatro perguntas. Não se sintam na obrigação de respondê-las todas, mas talvez Sara Övrebý possa responder a algumas.

SENHORA ÖVREBY (Segundo a versão da intérprete).- Quanto ao antitruste e à concentração do poder, há muitas regulamentações. Há precedentes nos Estados Unidos, e também na Europa, sobre esse tema, e acho que se vai chegar a uma conclusão sobre essa questão. Tem-se trabalhado nisso.

A Lei dos Mercados Digitais, por exemplo, é uma maneira de tentar definir e garantir que as empresas não exerçam um... - vejamos, como posso dizer -, que não tenham poder demais em um mercado concreto. Talvez haja pessoas que possam falar com mais propriedade sobre isso.

Quanto a ter uma nova identidade digital - é difícil falar de todo mundo -, na prática, se alguém quer se apagar do Google, pode exportar todos os dados de todos os serviços pela Minha Conta do Google para apagar todos os rastros de todos os serviços. Pelo menos na Europa, vocês podem aplicar a lei do direito ao esquecimento para apagar nossos rastros na internet, dependendo de qual seja o serviço cuja eliminação vocês solicitem, e eles têm o direito de fazê-lo por vocês.

Em relação ao papel dos parlamentares - acho que foi o Uruguai que perguntou - e dos políticos, acho que, realmente, é extremamente importante. Não há nada que

gostaríamos mais, como o Google e muitas outras empresas que trabalham com os políticos para definir regulamentações em diferentes âmbitos, que as coisas avancem. Nos interessa que os políticos queiram aprender, que se interessem e que queiram compreender porque, como empresa, o meu papel é explicar o que fazemos e como vemos as coisas. Por sua vez, o dos políticos é levar em conta a nossa perspectiva, mas também a de todos os outros atores. Ou seja, o papel dos parlamentares é absolutamente importante. Na Suécia, tento fomentar esse diálogo.

UM PARTICIPANTE (Segundo a versão da intérprete).- Não tenho certeza de ter entendido a pergunta sobre se era de AGI, ou seja, da Inteligência Artificial Generativa. O produto do Google é um experimento que fizemos. Chamamos de «experimento» porque queremos ter muito cuidado com os produtos que lançamos. Também é um modelo com uma linguagem menor, mais reduzida. Queremos evitar consequências não intencionais. Não sei exatamente em que data, mas certamente vocês ficarão sabendo quando for lançado.

SENHOR FERNÁNDEZ (Segundo a versão da intérprete).- Alguém mais quer fazer alguma pergunta? Têm algo a dizer sobre alguma dessas perguntas?

Quero fazer um pequeno comentário sobre a concentração do poder como consequência do desenvolvimento dessas tecnologias, sob um ângulo um pouco diferente daquele dado à pergunta em concreto.

Ainda não conversamos sobre isso, mas é algo que potencialmente está vinculado à democracia e ao desenvolvimento do discurso democrático no futuro. O que vai acontecer se a automação, apoiada pela inteligência artificial generativa, mudar completamente o mercado de trabalho, no sentido de que os trabalhadores pouco qualificados, ou mesmo com qualificação média, sejam substituídos por robôs ou, basicamente, pela automação? Pode-se ver um cenário potencial em que os países que já estão desenvolvidos, com um setor tecnológico

forte, continuariam empregando engenheiros e tudo o que está ligado ao setor, enquanto em outras partes do mundo - potencialmente, não quer dizer que vá acontecer, mas pode acontecer - haverá uma alta taxa de desemprego, porque não vão precisar de trabalhadores. De maneira que se pode ver uma concentração de poder, um deslocamento de poder ou um reforço das desigualdades já existentes como cenário potencial. Sobre isso existe uma grande discussão, mas não é impossível, pois se podem ver, pelo menos, as tendências. Acho que isso vai ter um impacto muito importante nas democracias entre os países e dentro deles.

Talvez tudo isso dê para outra discussão.

SENHOR JATO (Segundo a versão da intérprete).- Gostaria de dizer algo sobre o monopólio porque, na verdade, eu tinha isso nas minhas anotações.

Com relação ao reconhecimento facial, quero assinalar que são tecnologias que também são exportadas. As tecnologias criam dependência e envolvem custos. O que podemos ver é que, se há países não democráticos que vendem e exportam essas tecnologias a outros parceiros, estão estabelecendo vínculos bastante fortes. Eu também concordaria que isso reforça a situação de monopólio, que considero perigosa.

Por outro lado, diria que as barreiras de entrada no mercado também são bastante grandes. Entendo que o Google busca a cooperação com os parlamentares e com os políticos, mas paralelamente há outras entidades também envolvidas que acham difícil ter acesso a eles, e por isso recorrem a um uso alternativo daquilo que deveria ser a regulação do mercado. Percebo um pouco o perigo de um sistema que se autoperpetue, pois há uma colisão entre os grandes monopólios e aqueles países que podem se dar ao luxo de ter a tecnologia. As desigualdades vão crescer, não só no mercado de trabalho, mas também entre os países ricos, que podem pagar o desenvolvimento desse tipo de tecnologia, e outros países que não podem se dar a esse luxo.

SENHOR FERNÁNDEZ (Segundo a versão da intérprete).- Concordo com muito do que foi dito.

Quanto à concentração de poder, parece-me que é um dos temas mais importantes neste momento, pois estamos em uma encruzilhada em termos de código aberto e de como fazer todos esses modelos funcionarem. Aqui há todo um tema em matéria de negociação da inteligência artificial. Vocês sabem que há algumas startups europeias - uma na França e outra na Alemanha - que estavam desenvolvendo inteligência artificial com código aberto, enquanto as discussões nos Estados Unidos - como a empresa Google -, fundamentalmente, tendem a advertir contra o seu uso. Por exemplo, a respeito do acesso ao ChatGPT, considerou-se fazê-lo por meio de uma API, para ter um melhor controle de seu uso. Há graves perigos nas duas abordagens, mas eu preferiria correr o risco do código aberto a reforçar os monopólios existentes que vêm se acumulando nos últimos anos. Isso é algo que os parlamentares já mencionaram, mas estão todas essas tendências, como disse Stefanie Harter. Uma delas é a nuvem. Se vocês integrarem, por exemplo, a inteligência artificial generativa em seus governos, serão clientes de computação em nuvem. A Amazon investiu muitíssimo, um valor altíssimo, na nuvem. É preciso ver o tipo de pressão que existe para a adoção da inteligência artificial, de forma holística. Quem é o proprietário da computação em nuvem? Quem vai se beneficiar econômica ou financeiramente com isso? Há empresas que criticam a abordagem; umas culpam as outras.

Estão as que usam o código aberto; há outras que o criticam, dizendo que promove a proliferação de crimes ligados à pornografia infantil e ao abuso de mulheres. Ou seja, repito, uns culpam os outros. Então, é preciso definir os valores que são integrados em cada sistema e nós vemos que é preciso começar a controlar o conteúdo das redes sociais. Vamos continuar discutindo isso.

Muito obrigada.

SENHOR FERNÁNDEZ (Segundo a versão da intérprete).- Nosso tempo acabou, mas ainda tenho uma pergunta muito simples, ou peço uma resposta muito simples aos quatro palestrantes. Podem responder com uma palavra.

Daqui a cinco anos, vocês acham que a nossa opinião sobre a inteligência artificial será mais positiva ou mais negativa do que agora?

SENHORA HARTER (Segundo a versão da intérprete).- Eu estava com o microfone desligado; o que eu disse é complicado.

SENHOR LEUFER (Segundo a versão da intérprete).- Acho que vai ser como com as redes sociais: inicialmente será positivo, mas as coisas vão azedar um pouco nos anos seguintes.

SENHOR JATO (Segundo a versão da intérprete).- Receio que responderia mais ou menos o mesmo, mas nasci otimista. Espero ter aprendido com o tema das redes sociais.

SENHOR FERNÁNDEZ (Segundo a versão da intérprete).- Quero agradecer a Stefanie Harter, Andrés Jato, Daniel Leufer e Sara Övreby por suas contribuições, por sua perspectiva, e agradeço a todos vocês por participarem deste evento.

Muitíssimo obrigado.

Damos a reunião por encerrada.

(São 14h12).

